
“NOVAS ESTRATÉGIAS OMPETITIVAS PARA O SETOR SUCRO-ALCOOLEIRO: O CASO DE ALAGOAS”

Cícero Pércles de Carvalho⁽¹⁾

1. Introdução

Este artigo pretende analisar as transformações recentes do setor sucro-alcooleiro de Alagoas que, estruturado no período colonial, atravessou os anos do Império e da República sob um modelo fortemente amparado pelo Estado, transformando-se, desde os anos 80, no segundo maior produtor e exportador nacional de açúcar e, até 1992, de álcool. O novo ambiente institucional criado a partir de 1990 com a extinção do Instituto do Açúcar e do Alcool/IAA, a desativação do Proálcool e do Planalsucar e a subsequente desregulamentação setorial, obrigou a agroindústria sucro-alcooleira a adotar novas estratégias, diferentes das que eram praticadas no período de regulação estatal.

Defendemos, neste trabalho, que a partir de 1990 deu-se início a um processo de reestruturação produtiva que atingiu em cheio as 27 usinas e 33 destilarias então existentes no estado, e que, nesse período, empregavam mais de 100 mil trabalhadores e representavam a principal atividade agro-industrial de 57 dos 102 municípios alagoanos. Esse processo levou à desativação das indústrias menos competitivas e à concentração da produção de cana, álcool e açúcar nas mãos de um conjunto reduzido de grupos empresariais, conjunto que levou adiante o processo de modernização setorial. A mudança de perfil da agroindústria sucro-alcooleira, por um lado, está capacitando o setor para enfrentar o novo ambiente de adversida-

des, mas, por outro, exige o afastamento dos fornecedores e usineiros menos competitivos e a eliminação de muitos postos de trabalho, tanto na área agrícola como industrial. Ainda assim, este período de reestruturação não configura uma situação de crise econômico-financeira do setor.

Este artigo, que busca analisar as razões e as conseqüências desta reestruturação, está composto, em primeiro lugar, por exposições breves do modelo colonial e da passagem do engenho para a moderna usina. A essa retrospectiva histórica segue-se uma análise da intervenção estatal, por meio do IAA e do papel desempenhado pelo Proálcool na região e, por fim, o estudo do período pós-Proálcool e pós-IAA onde, ao constatar e caracterizar o período de reestruturação produtiva que ocorre até hoje, identificam-se e descrevem-se, à luz de uma perspectiva de análise econômica, as modernas estratégias competitivas das empresas do setor sucro-alcooleiro alagoano. As considerações finais, sem caráter conclusivo, buscam registrar que, apesar da adoção dessas modernas estratégias, o setor ainda não incorporou as necessárias transformações ambientais e sociais capazes de colocá-lo em condições favoráveis na disputa com as regiões desenvolvidas do Sudeste brasileiro.

2. O Passado Distante

‘Para os economistas e sociólogos, tratar da agroindústria canavieira foi sempre uma tarefa tensa pela impor-

tância deste complexo na história de nossa sociedade e por sua continuada influência nos destinos do Estado. Uma presença tão forte que cunhou o “slogan” “Alagoas, terra para açúcar” (LOUREIRO, 1970). A explicação para esse fenômeno é simples. O povoamento de Alagoas foi determinado pelos engenhos de açúcar que, junto às fazendas de criação de gado, formaram uma sociedade profundamente hierarquizada. O aproveitamento, desde o século XVI, dos férteis massapês para o cultivo da cana-de-açúcar, complementada pela pecuária extensiva nas áreas menos produtivas, moldou a economia alagoana, influenciou sua política e soldou os principais traços de sua sociedade (DIÉGUES JR., 1980).

A economia colonial encontrou no Nordeste, por suas condições edafoclimáticas e sua proximidade com o principal centro consumidor, o mercado europeu, a área de expansão ideal para esta empresa agro-industrial. A formação econômico-social que produzia o açúcar para exportação só pode ser compreendida na empresa colonial, representada pela economia nordestina entre os séculos XVI e XVIII. A cana foi a primeira cultura comercial do Brasil e, na sua época, o engenho era o maior e mais complexo empreendimento econômico existente no mundo, e o açúcar era, desde o final do século XVI, o produto de maior valor no comércio mundial.

A produção rotineira da economia colonial, concentrada basicamente no Nordeste, estava baseada no baixo custo da mão-de-obra escrava, na abundância de terras que gerava os latifúndios e na exportação de uma única mercadoria. Esta combinação estimulava uma atitude conservadora que não oferecia as condições para que, no campo estritamente empresarial, as inovações tecnológicas e os novos métodos de produção fossem incorporados e, para que na área social, acontecessem as mudanças em direção a uma melhoria da qualidade de vida da população.

Para Celso Furtado, nos três primeiros séculos de formação da economia brasileira, a produção de açúcar teve sempre a marca do crescimento extensivo “mediante a incorporação de

(1) PhD em Economia pela Universidade de Missouri-Columbia(EUA) e Pesquisador da Secretaria de Política Agrícola do Ministério da Agricultura e do

modificações estruturais que repercutissem nos custos de produção e portanto na produtividade” (FURTADO, 1998:61). A área plantada alastrava-se horizontalmente, sem introduzir outra variedade que não a cana crioula trazida para os primeiros engenhos nos primórdios da colonização e, na parte industrial, a produção crescia de forma extensiva pelo aumento de unidades fabris – os bangüês – que utilizavam as mesmas tecnologias e elaboravam o açúcar ou mel de baixa qualidade.

No mesmo período, a produção de açúcar das Antilhas, introduzida no Caribe pelos holandeses que haviam sido expulsos do Nordeste no século XVII, sofria um processo de modernização com a introdução de novas variedades vegetais, nova maquinaria industrial, novos métodos de produção, aproveitamento do bagaço para produção de energia, além da criação de novos produtos (o rum, por exemplo), gerando um diferencial de qualidade e preço que permitiu à região caribenha suplantarem a produção nordestina. No Brasil, o processo rotineiro, mesmo perdendo espaços para o produto elaborado nas colônias européias do Caribe, resistia à introdução das inovações capazes de superar sua forma atrasada de produzir o açúcar.

O ritmo de modernização era tão lento que uma nova variedade importante de cana-de-açúcar - a caiana - chegou quase três séculos depois de iniciado o ciclo do açúcar. O engenho a vapor, a adoção do arado, a ‘clarificação’ do açúcar, as novas máquinas, os novos processos de produção e as novas relações de trabalho chegaram bem depois. A queima do bagaço para movimentar as caldeiras é de introdução ainda mais recente. O transporte do açúcar era feito em barcaças aproveitando os trechos dos rios navegáveis perto do litoral e nas águas das lagoas Manguaba e Mundaú. As estradas eram simples veredas por onde passavam os animais que serviam de meio de transporte.

As usinas instaladas em Alagoas a partir do final do século passado levaram trinta anos para ultrapassar, em quantidade, a produção de açúcar dos velhos bangüês. Em 1922, ano em que é superada a produção dos engenhos bangüês, o rendimento agrícola era de somente 20 toneladas de cana por hectare. Não existiam tratores e não se

fazia a seleção de variedades. Inexistiam a adubação e a irrigação por gravidade ou aspersão que somente surgem na segunda metade da década seguinte (AZEVEDO, 1982). Essa lentidão, a incapacidade de reagir com velocidade para a solução dos problemas, é uma marca da agroindústria canavieira nordestina que, em muitas unidades, se mantém nos dias de hoje.

3. Do Bangüê à Usina

A produção de açúcar no Nordeste surgiu por uma decisão do Estado português, centro do poder político colonial, que estabelecia as regras básicas, doava terras, controlava as exportações, estimulava o tráfico negreiro e mantinha a escravidão. A Metrópole proibia todas as atividades que concorressem com a produção do açúcar, em sintonia e estreita colaboração com os senhores de engenho e os comerciantes instalados nas cidades do litoral. A Independência do Brasil, a Abolição da Escravidão e a Proclamação da República não alteraram os laços que uniam a representação política do complexo do açúcar e o Estado, desde a era escravista, na Colônia e no Império.

Em Alagoas, no período colonial, o número de bangüês e a área plantada com cana-de-açúcar crescem extensivamente. Em 1590 já existiam alguns engenhos, número que aumentou para dez em 1630, quarenta em 1700, cento e oitenta em 1800 e quase um milhar em 1930. A cana instala-se, inicialmente, no litoral norte próximo a Porto Calvo e Camaragibe e vai ocupando terras, na sua marcha lenta rumo ao Sul de Alagoas, passando pelos vales úmidos dos rios Manguaba, Camaragibe, Santo Antônio, Mundaú, Paraíba, São Miguel e Coruripe, nas áreas que antes estavam cobertas pela Mata Atlântica, perto do litoral, reduzindo o tempo e os custos de transporte (ANDRADE, 1997).

Com o nome de Brasileiro, em 1892, é inaugurada a primeira usina de Alagoas. Seguem-lhe Central Leão, Serra Grande e Cansanção Sinimbu, em 1894. Em 1902, serão seis unidades industriais: Apolinário, Brasileiro, Leão, Serra Grande, Sinimbu e Uruba. Foram estas usinas que tomaram as primeiras iniciativas de modernização da produção açucareira. Em 1908, a Sinimbu introduziu a análise química do solo e a

adubação verde. Em 1925, a Central Leão foi a primeira usina brasileira a ser eletrificada e, pouco depois, a Serra Grande inovou com a fertirrigação e a irrigação por aspersão (LOUREIRO, 1970).

A usina substituiu o projeto do engenho central e superou a produção dos bangüês a partir da safra de 1922/23. Por ter mais capital e maiores condições de incorporar os avanços tecnológicos, oferecia maior rendimento industrial e capacidade para introduzir algumas inovações como a irrigação, seleção de mudas e novos processos de trabalho. Esse progresso tecnológico se manifestava: “a) na qualidade do açúcar, com o surgimento dos tipos centrifugados; b) na produtividade industrial, com maior percentagem de extração do açúcar contido na cana, e c) no tamanho das unidades industriais, com fábricas de capacidade dezenas de vezes maior do que os antigos engenhos ou bangüês” (MELO, 1975:40).

4. A Intervenção do Estado: o IAA

A intervenção estatal dá, em 1933, um salto de qualidade com a criação do Instituto do Açúcar e do Alcool/IAA a partir da Comissão de Defesa da Produção Açucareira, criada em 1931 pelo governo federal com a missão de, por um lado, mediar os conflitos de interesses entre o Sudeste e Nordeste e, por outro, regular as relações entre produtores de cana e usineiros. Dentro da nova lógica intervencionista, respondendo também à crise mundial e nacional de superprodução, essa autarquia estabelece quotas de produção por estado, por usina e por fornecedor, define regras para exportação e administra os preços para o açúcar. A partir de então “eliminou-se praticamente o risco de se produzir cana e açúcar no Brasil e, conseqüentemente, reforçou-se a característica estrutural da integração dessas atividades. Junto com o risco, eliminaram-se os mecanismos inerentes à concorrência intercapitalista, um elemento fundamental na dinâmica econômica do sistema” (RAMOS, 1999:185-86).

É a afirmação do modelo intervencionista, no qual o Estado auxilia na solução dos problemas econômicos, ficando o processo produtivo ainda mais determinado pelo protecionismo da instituição governamental. Atra

vés do IAA, ele exercia influência sobre o mercado interno, fixando preços e monopolizando as compras. Regulamentava, também, o transporte, o manuseio e a armazenagem do açúcar (REZENDE, 1993).

A presença do Estado é absoluta. A reserva de mercado e a compra da safra garantiam a própria produção. A fixação de preço para a cana, álcool e açúcar garante a margem de lucro. A concessão de subsídios, especialmente na sua forma creditícia, viabiliza a produção por meio do mecanismo da equalização de custos em que, a diferença de custo entre os produtores do Nordeste e do Centro-Sul seria coberta pelos subsídios originários da contribuição sobre a produção nacional de açúcar, transferidos pelo governo com o objetivo de proteger as regiões potencialmente menos competitivas, como a nordestina.

A intervenção governamental, no período de existência do IAA, pode ser dividida em duas etapas distintas correspondentes ao desempenho do setor sucro-alcooleiro: 1) entre 1933 e 1960 é o período de crescimento regular, representado pelo processo de institucionalização setorial, quando se criam os mecanismos de regulação e de defesa permanente como os Planos Anuais de Defesa de Safra sem, no entanto, dinamizar a expansão da produção através de mecanismos de financiamento direto e, 2) entre 1960 e 1990 é a fase de crescimento acelerado, quando ocor-

re o processo de modernização agrícola-industrial induzido pelo Estado.

5. O Programa Nacional do Álcool/Proálcool.

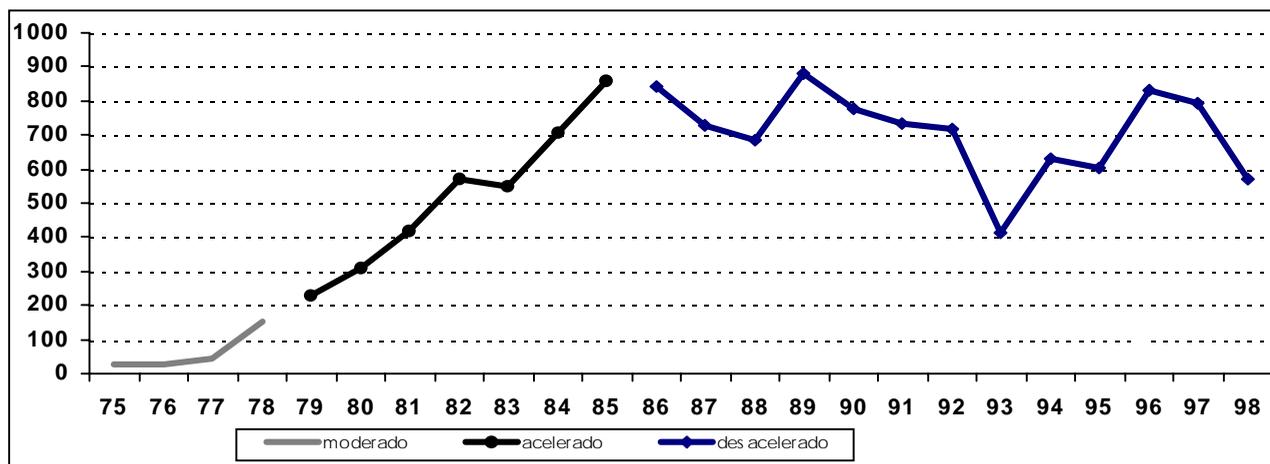
Até 1975, quase não se moía cana diretamente para a produção de álcool que era elaborado nas destilarias anexas de forma secundária neste complexo agroindustrial. Muitas vezes era preferível produzir melaço e comercializá-lo, em vez de produzir álcool. A importância do etanol nesta cadeia produtiva cresce com o Programa Nacional do Álcool/Proálcool, que lhe garante preço e mercado. O Proálcool surge, para a economia nacional, como uma alternativa energética aos derivados de petróleo e, no plano setorial, como uma alternativa para os empresários que haviam aumentado as unidades produtivas, estimulados que foram pelos programas federais entre 1970/75, para vender açúcar no mercado internacional.

O Programa teve três períodos claros: 1) a expansão moderada (1975-79), no qual, através do financiamento da montagem e ampliação das destilarias anexas às usinas existentes, aumentaram significativamente a área tradicional de açúcar e a destilação de álcool anidro para ser misturado com a gasolina; 2) a expansão acelerada (1980-85), no qual aumentou-se a produção de álcool hidratado, para uso em motores a álcool, baseando-se na montagem de

destilarias autônomas localizadas nas novas plantações de cana, em regiões anteriormente ocupadas por outras culturas e, 3) a desaceleração e crise (1986-90).

O financiamento, a garantia de preços e a compra da produção ajudaram a concentrar a produção nos grupos maiores através das destilarias anexas, estimulando, também, a construção de unidades com capacidade real acima da declarada, para depois conseguir a aprovação do aumento das quotas de produção. Em termos relativos, Alagoas foi um dos estados que mais se beneficiou com o Proálcool, recebendo 7% dos projetos aprovados e 8.1% dos recursos destinados ao programa. Entre os anos 1975 e 1990, o setor alcooleiro alagoano ampliou sua capacidade produtiva por meio de 20 novas destilarias anexas e 9 autônomas, multiplicou a produção de álcool em 25 vezes e quase duplicou sua produção de açúcar e, para tudo isto, triplicou sua área plantada com cana-de-açúcar. O GRÁFICO 1 mostra o notável crescimento que foi possível graças às amplas subvenções governamentais, numa transferência de recursos públicos para o setor privado alagoano na ordem de, aproximadamente, 700 milhões de dólares (SHIKIDA, 1997).

Gráfico 1
ALAGOAS: PERÍODOS DE CRESCIMENTO DA PRODUÇÃO DE ÁLCOOL. 1975-98
(EM 1000M³)



FONTE: Sindicato do Açúcar

6. A Desregulamentação

A desregulamentação do setor sucro-alcooleiro, ainda que mantendo antigas práticas, como a fixação de quotas e planejamento de safras, tornou livres os preços do açúcar cristal, do álcool e da cana, liberalizou o mercado nacional eliminando a reserva de mercado para o açúcar no Nordeste, até então monopolizado pelos produtores regionais e privatizou as exportações, que passaram a ser feitas diretamente pelas usinas ou por tradings, colocando os principais e assimétricos centros produtores de açúcar em pé de igualdade formal na disputa pelos mercados nordestino e externo. O resultado está registrado na tabela abaixo: enquanto o Brasil aumentou sua produção e suas exportações de açúcar e São Paulo acompanhou este crescimento de forma dinâmica na produção e agressiva nas exportações, Alagoas e Pernambuco foram perdendo espaço.

Esse quadro é uma consequência lógica do novo ambiente institucional derivado da postura adotada pelo governo federal. O açúcar sempre foi o mais regulamentado produto brasileiro e o setor açucareiro esteve sempre sob controle de uma rede de instituições e normas estatais (REZENDE, 1993). Desenvolvido sob o guarda-chuva estatal, o setor sucro-alcooleiro nordestino não estava preparado para enfrentar a produção paulista, depois do “choque de capitalismo” desencadeado a partir de 1990.

Neste período, o setor sucro-alcooleiro alagoano tinha as mesmas características do complexo canavieiro brasileiro: “produção agrícola e fabril sob controle dos mesmos agentes sociais (os usineiros); heterogeneidade produtiva, especialmente na atividade fabril; baixo aproveitamento de subprodutos; competitividade fundamentada em grande medida nos baixos salários da economia brasileira e expansão assentada nas incorporações extensivas de novas terras” (RAMOS, 1999b:10).

Movendo-se num novo ambiente institucional marcado pela desregulamentação estatal, com graves problemas de endividamento e competitividade, com uma média de rendimento industrial menor que a de São Paulo e com a média de produtividade agrícola significativamente mais

baixa que a do Centro-Sul, o setor sucro-alcooleiro nordestino passou a enfrentar uma situação nova. Esse novo modelo adotado é o responsável maior pelo processo de reestruturação produtiva que ora acontece no complexo sucro-alcooleiro alagoano, com a desativação de algumas usinas e destilarias e a concentração da produção nas mãos de um grupo menor de unidades industriais.

Nesta etapa de competição aberta, a produção no Sudeste conta com as condições edafoclimáticas favoráveis: solos férteis e planos, clima propício, maior produtividade industrial e agrícola, proximidade com o mercado consumidor nacional, manutenção da pesquisa agrônoma por meio dos trabalhos intensos de pesquisa e assistência técnica prestados pelas cooperativas, com destaque para o Centro de Tecnologia da Copersucar em Piracicaba, contando com 600 profissionais e um orçamento anual de R\$ 35 milhões, injetados por 35 empresas sucro-alcooleiras paulistas associadas.

O Nordeste, por seu lado, conta com a seca intermitente e grandes áreas que foram ocupadas sem levar em conta as aptidões agrícolas dos solos pouco propícios ao cultivo da cana-de-açúcar, áreas com declive acima de 15% e, portanto, com baixos índices de mecanização. Desvantagens comparativas que foram deslocando sua produção para a posição atual.

Particularmente, o setor açucareiro alagoano, sem o suporte da estrutura de pesquisa agrônoma da magnitude do Planalsucar, contrasta e perde espaço para a produção do Sudeste. A ausência deste aparato de pesquisa afeta, principalmente, o desempenho dos fornecedores, uma vez que os usineiros, de alguma forma, conseguem importar variedades dos centros de pesquisa paulistas ou utilizar as variedades produzidas ou melhoradas em Alagoas. A Associação dos Plantadores de Cana/Asplana, o único centro de extensão e apoio técnico aos fornecedores de cana, encontra-se em franca decadência, mantendo a dura penas as suas duas pequenas estações de multiplicação de variedades, uma em Maceió (Ipioca) e outra em Anadia. O Núcleo de Adaptação e Transferência de Tecnologia/NATT, órgão da Cooperativa dos Usineiros, vem sendo, progressivamente, desativado.

Situação um pouco diferente vive a antiga Estação Experimental de

Cana-de-açúcar de Alagoas que, com a extinção do Planalsucar, foi incorporada pelo Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Alagoas/UFAL, que participa da Rede Interinstitucional de Desenvolvimento do Setor Sucroalcooleiro/RIDESA em conjunto com outras seis universidades federais: de Pernambuco, São Carlos-SP, Paraná, Rural do Rio de Janeiro, Viçosa/MG e Sergipe. A rede, apesar das muitas limitações financeiras, desenvolve o Programa de Melhoramento Genético da Cana-de-Açúcar em Alagoas com o apoio do Sindicato do Açúcar e outras empresas do setor sucro-alcooleiro, mantendo subestações nas usinas Caeté, Coruripe, Santo Antônio, Santa Clotilde e Serra Grande.

A extinção do IAA, a desregulamentação do setor sucro-alcooleiro e a desativação do Proálcool coincidem com a desilusão das possibilidades de demanda a partir do Polo Cloroalcooolquímico de Alagoas/PCA. A perspectiva de que o PCA absorveria parte considerável do álcool alagoano para a produção do eteno esvaiu-se com a construção de um etenoduto ligando Camaçari, na Bahia, à empresa Salgema (hoje Trikem) em Maceió, em 1990, e, por outro lado, esvaiu-se também a perspectiva de utilização do bagaço da cana-de-açúcar na produção de energia para movimentar as indústrias do Pólo Químico, tanto pela não implantação dos projetos industriais anunciados como pela concorrência de um insumo energético mais barato que o bagaço: o gás do vizinho município de Pilar.

No período de crescimento acelerado, as já estreitas relações da representação política da agroindústria canavieira com o governo federal foram ainda mais aprofundadas no âmbito estadual. Nas suas relações com a administração pública alagoana, o setor sucro-alcooleiro teve o apoio político no interior do aparelho de Estado, onde sempre foi um dos segmentos mais bem representados, ao lado dos pecuaristas interioranos. O setor público de Alagoas atendia prioritariamente às demandas do complexo açucareiro, dirigindo grande parte de seus investimentos para a zona do açúcar e, desde os anos cinquenta até os anos setenta, implantou uma malha viária pavimentada para atender a todas as unidades industriais, resolvendo um antigo problema logístico, ao tempo em que colocava energia elétrica nestas fá

bricas.

Com a desaceleração do Proálcool a partir de 1986 e a crescente

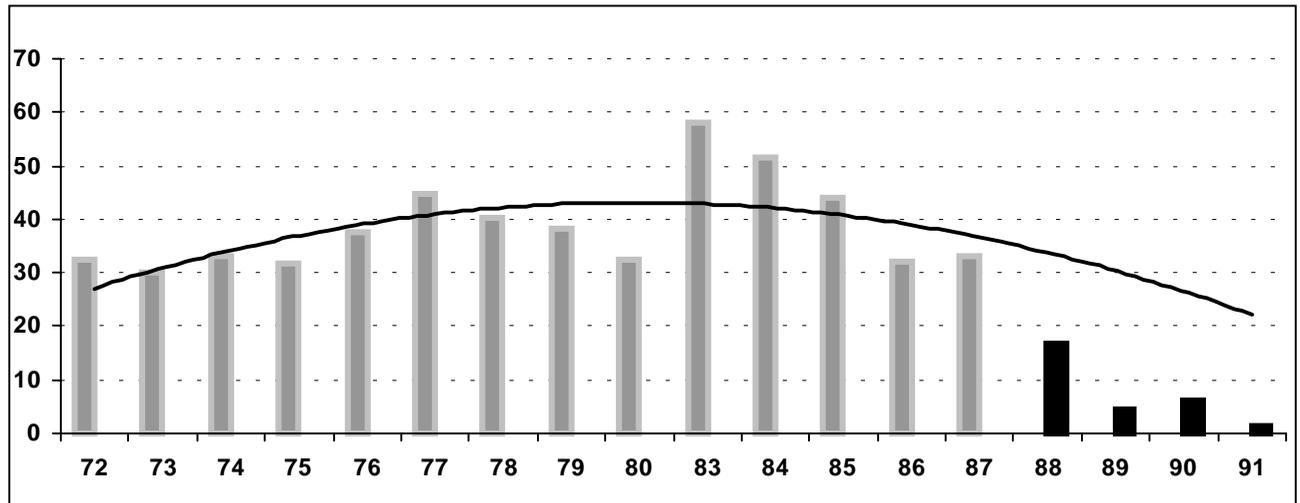
havia ido buscar protecionismo estatal.

Essa relação de claro favorecimento estatal combinava com

de noventa.

Esta expansão, no entanto, não se dá de forma homogênea entre as

Gráfico 2
ALAGOAS: PARTICIPAÇÃO DO SETOR SUCRO-ALCOOLEIRO NO ICMS ARRECADADO (1972/91)



FONTE: Fiplan/Sefaz

dificuldade de apoio e financiamento, o setor açucareiro alagoano foi buscar uma compensação na estrutura do Estado, com o intuito de complementar os mecanismos paternalistas de que dispunha no plano federal.

Com isto, o setor sucro-alcooleiro transformou-se no elemento principal da crise alagoana e o responsável pela desorganização do Estado. A companhia estadual de eletricidade, CEAL, passou a sofrer com a inadimplência do setor que atingia, em 1996, R\$ 40 milhões. O banco estadual, Produban, não recebeu dos empresários do açúcar, uma soma calculada em torno de R\$ 76 milhões de empréstimos vencidos e, para cúmulo, um acordo fiscal assinado em 1989 entre o Governo do Estado e as indústrias do açúcar transferiu para estas últimas, durante os oito anos em que durou o acordo, aproximadamente 800 milhões de reais, segundo cálculos da Secretaria da Fazenda (LIMA, 1998). O GRÁFICO 2 mostra que, com a perda de seu principal contribuinte, rapidamente o Estado de Alagoas esgotou suas possibilidades de apoio e um novo cenário surgiu ante este setor agro-industrial. A partir de 1996, o Estado de Alagoas entra em bancarota, fechando-se, assim, a segunda porta onde o setor sucro-alcooleiro

discurso reivindicatório bem articulado dos plantadores e industriais, organizados na Asplana, Sindicato da Indústria do Açúcar, Cooperativa dos Usineiros e Assucal, publicado, sem contestação, nos jornais de Maceió e reproduzido por parlamentares estaduais e federais que, invariavelmente, defendiam mais recursos e atenção para estes problemas, em nome do “setor que mais emprega e cria riquezas para o Estado”. O complexo sucro-alcooleiro é, desde sempre, no plano regional, o setor econômico mais articulado politicamente, e são antigos os vínculos entre as estruturas do estado em Alagoas e a representação política do açúcar. Foi esta relação diferenciada com o setor público que gerou uma capacidade de endividamento muito acima da realidade financeira e econômica de suas empresas.

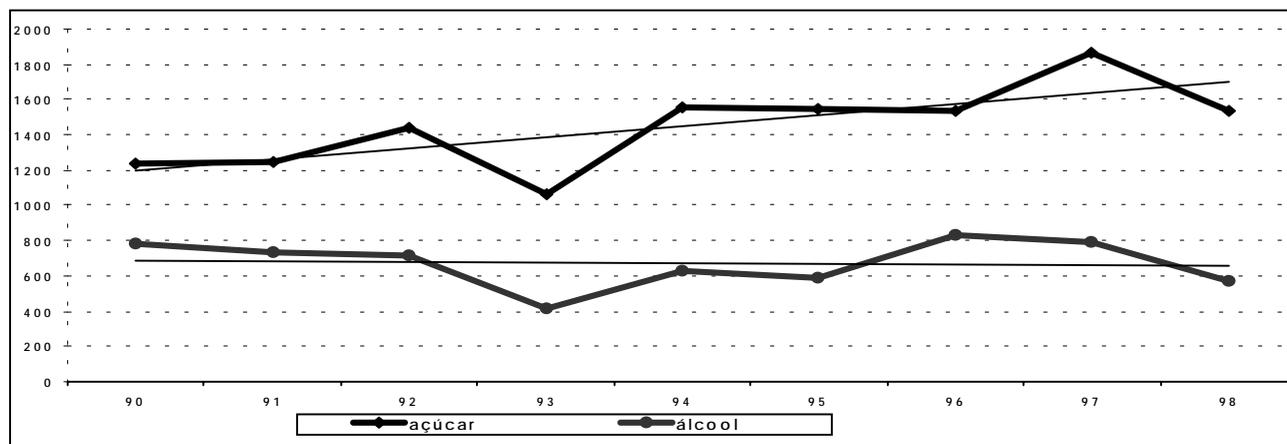
O GRÁFICO 3 mostra que apesar de todos estes fenômenos adversos – extinção do IAA e do Planalsucar, desregulamentação do setor, desativação do Proálcool, bancarota do Estado de Alagoas e o fechamento de algumas usinas e destilarias – não houve diminuição no nível de crescimento e de expansão da agroindústria sucro-alcooleira estadual, conforme demonstram os resultados das safras na década

empresas. Algumas unidades se capacitaram e seguem na produção, outras, menos competitivas, foram desativadas. Para analisar o período pós-Proálcool, e estudar a evolução da produção de cada uma das usinas e destilarias alagoanas entre os anos 1975 e 1999, dividimos as empresas produtoras de álcool e açúcar em dois grupos diferenciados: 1) segundo a capacidade de adaptação às mudanças do ambiente e, 2) o volume da produção neste mesmo período.

No setor açucareiro, optamos pela classificação, a grosso modo, em dois blocos: o Grupo I, composto pelas 16 usinas que têm adotado as modernas estratégias competitivas de diferenciação de produtos, de diversificação produtiva e aumento da especialização na produção de álcool e açúcar e, nos últimos cinco anos, produziram regularmente mais de um milhão de sacos de açúcar e o Grupo II, formado pelas empresas que não tiveram esta performance. Em relação às destilarias, a divisão em dois blocos seguiu os seguintes critérios: Grupo I, com as destilarias que se mantiveram produzindo regularmente nos cinco últimos anos e Grupo II com as destilarias criadas desde o Proálcool, mas que foram desativadas ou fechadas neste mesmo

Gráfico 3

ALAGOAS: PRODUÇÃO DE AÇÚCAR E ÁLCOOL. 1990-98 (em mil ton./m3)



FONTE: Sindicato do Açúcar

período.

O dinamismo das atividades do setor sucroalcooleiro alagoano continua vindo basicamente do mercado externo. A queda dos preços internacionais do açúcar e do preço interno do álcool determina que, apenas as unidades industriais muito eficientes nas quais se consegue uma diferença positiva entre o custo de produção do açúcar e álcool e o preço de venda, tanto no mercado nacional como no mercado externo, podem permanecer em atividade. Neste quadro, pressionadas pelas estreitas margens de lucro e pela diminuição dos subsídios estatais, as empresas

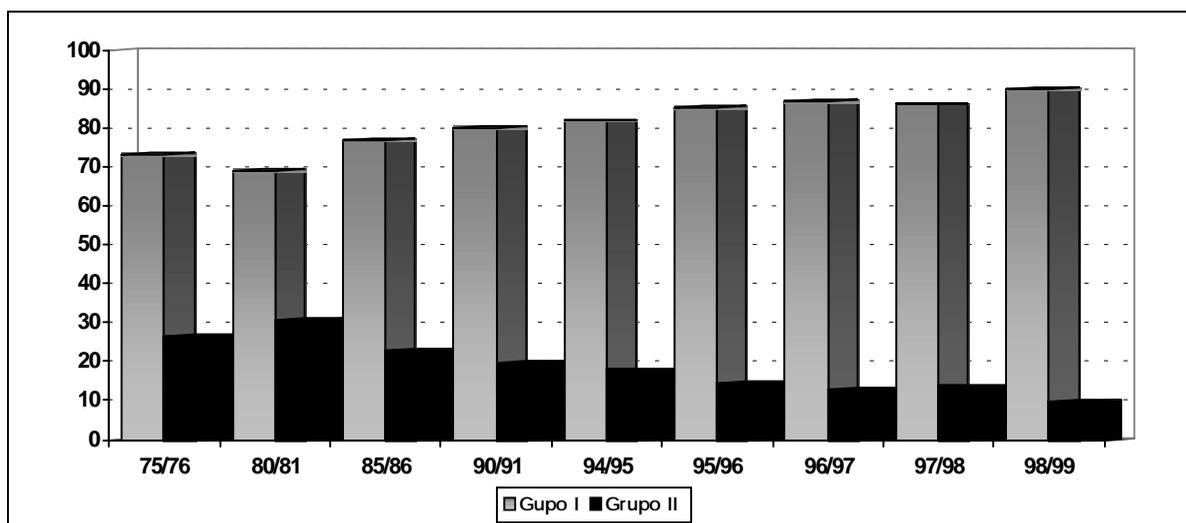
sucroalcooleiras foram compelidas a adotar modernas estratégias empresariais e ampliar a escala de produção, num processo que favoreceu as grandes empresas.

O GRÁFICO 4 mostra o desempenho das usinas alagoanas. Os dados deste processo de “darwinismo empresarial” indicam que há uma clara tendência de concentração da produção nas 16 maiores unidades (Grupo I: Cachoeira, Caeté, Camaragibe, Coruripe, Guaxuma, Leão, Porto Rico, Roçadinho, Santa Clotilde, Santo Antônio, Seresta, Serra Grande, Sinimbu, Sumaúma, Triunfo e Uruba), que vêm

aumentando suas presenças no período 1990-99, representando mais de 90% da produção na safra 1998/99. As seis usinas menores (Grupo II: Capricho, João de Deus, Laginha, Marituba, Santana e Taquara), estabilizaram suas produções em quantidades menores que um milhão de sacos/ano e continuaram suas atividades. As outras seis unidades que suspenderam suas atividades (também no Grupo II: Alegria, Bititinga, São Simeão, Terra Nova, Ouricuri e Peixe), são empresas que por razões diversas – reduzida escala de produção, grande volume de dívidas acumuladas, defasagem tecnológica, região agrícola irregu

Gráfico 4

ALAGOAS: PRODUÇÃO DAS USINAS. 1975/99 (% DE CADA GRUPO)



Fonte: Sindicato do Açúcar

lar – não conseguiram acompanhar o ritmo exigido pelos novos padrões de competição.

O GRÁFICO 5 mostra o desempenho das destilarias alagoanas. As 21 destilarias que permanecem em atividade e respondem por 100% da produção de álcool (Grupo I: Cachoeira, Caeté, Coruripe, Guaxuma, Laginha, Leão, Marituba, Penedo, Pindorama, Porto Alegre, Porto Rico, Roçadinho, Santana, São Gonçalo, Santa Clotilde, Santo Antônio, Seresta, Serra Grande, Sinimbu, Sumaúma e Triunfo) pertencem, em sua quase totalidade, aos mesmos grupos econômicos das grandes usinas sobreviventes e, por outro lado, as destilarias desativadas (Grupo II: Alegria, Bititinga, Camaçari, Maciape, Massagueira, Ouricuri, Peixe, Roteiro, São Simeão, Serrana, e Terra Nova) pertencem, em grande parte, ao grupo das usinas que encerraram suas atividades no período estudado. Três pequenas destilarias (Vale do Catangy, Porto Novo e Porto Calvo) estão instaladas no Norte de Alagoas, pertencem a empresários pernambucanos, não estão associadas a nenhuma entidade setorial alagoana e não moeram na safra 1999/2000.

Neste processo de reestruturação, a centralização da produção de cana, álcool e açúcar fica evi-

denciada quando é somada a produção dos grandes grupos agro-industriais que, neste trabalho e para efeito de demonstração, são representados pelas empresas com mais de uma usina ou destilaria: Carlos Lyra (usinas e destilarias Cachoeira, Caeté e Marituba), Corrêa Maranhão (usina Camaragibe e usina e destilaria Santo Antônio), João Lyra (usinas e destilarias Guaxuma e Laginha e usina Uruba), Toledo (usina Capricho, destilaria autônoma Penedo e usina e destilaria Sumaúma), Tércio Wanderley (destilaria autônoma Camaçari e usina e destilaria Coruripe), Olival Tenório (destilaria autônoma Porto Alegre e destilaria e usina Porto Rico) e Andrade Bezerra (usina e destilaria Serra Grande e a usina Trapiche, em Pernambuco).

A produção total destes sete grupos passou de pouco mais da metade do total alagoano em 1990, para o equivalente a dois terços de todo o álcool e açúcar elaborados em Alagoas na última safra, como se demonstra no quadro a seguir. Um fenômeno semelhante ao de São Paulo, onde há uma clara tendência à centralização da produção nas “empresas mais fortes, com elevada tradição no setor, sendo produtoras históricas de açúcar e álcool, com capitais aplicados em outros setores de atividade, mas ainda com interesses em cristalizar as posições alcançadas no setor

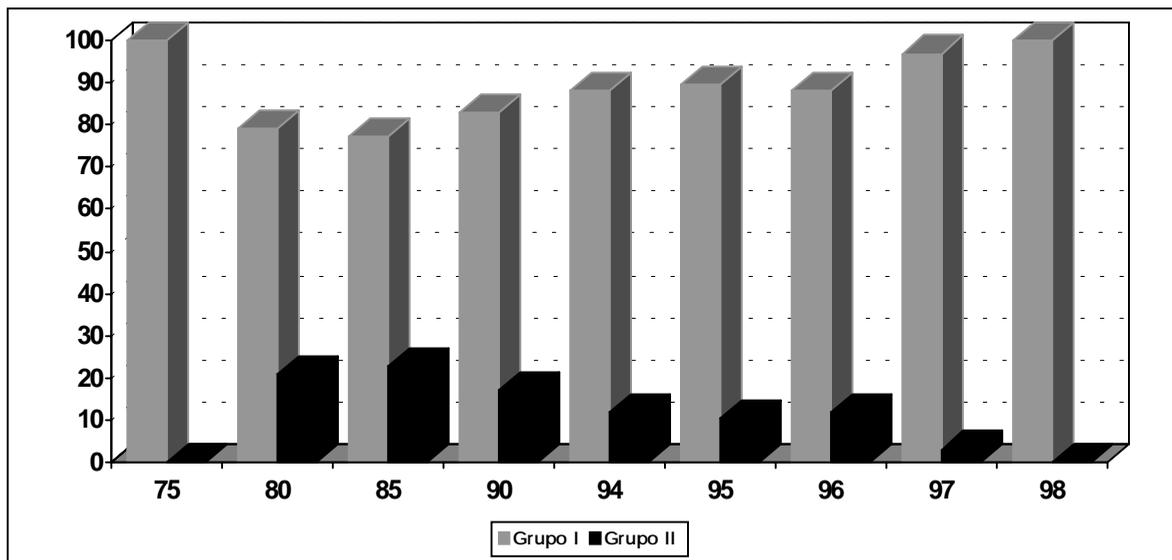
sucro-alcooleiro” (NEA/IE, 1999).

7. As Alternativas

Com as mudanças institucionais ocorridas a partir da desregulamentação estatal, a queda do consumo de álcool hidratado, consequência da desativação do Proálcool e o surgimento da nova legislação ambiental, os produtores nordestinos passaram a enfrentar dificuldades novas no setor sucro-alcooleiro, decorrentes da constatação de sua ineficiência ante os concorrentes externos e internos, tanto pelo atraso tecnológico e gerencial, como pela conjuntura de limitação de créditos e altos custos financeiros para custeio e investimentos. O fim da política oficial de defesa da produção do açúcar e álcool, o novo ambiente econômico marcado pela forte concorrência paulista, os problemas de endividamento e de falta de competitividade implicaram na adoção de novas estratégias empresariais e na diminuição do número de empresas do ramo.

Tal como o complexo canavieiro brasileiro, o setor sucro-alcooleiro alagoano estava caracterizado pela diversidade de suas empresas, que variavam de porte, localização, perfil financeiro, administrativo e tecnológico e, como consequência, nos

Gráfico 5
ALAGOAS: PRODUÇÃO DAS DESTILARIAS. 1975/98 (% DE CADA GRUPO)



FONTE: Sindicato do Açúcar

custos finais da produção e nos níveis de eficiência. As usinas e destilarias que sobreviveram, demonstram, hoje, sua capacidade de liderar o processo de modernização do setor sucro-alcooleiro e trabalham melhor os critérios de eficiência financeira-econômica, enquanto as usinas desativadas caracterizaram-se por manterem alto grau de inadimplência bancária, fiscal e trabalhista, ademais do atraso tecnológico. A diferenciação entre unidades modernas e atrasadas refletiu-se na afirmação das primeiras e na estagnação ou desaparecimento das segundas.

O debate sobre as alternativas que se apresentam para o setor sucro-alcooleiro no período pós-desregulamentação, está concentrado em dois níveis distintos: o macroeconômico, através da implementação de um conjunto de medidas que permitiria a criação de um ambiente econômico favorável a avanços em direção à competitividade do setor como um todo e, o microeconômico, no qual as empresas adotariam novas estratégias competitivas permitindo a sobrevivência das unidades mais fortes.

No plano macroeconômico a elaboração da SUDENE (1997) sintetiza as várias contribuições nesta direção. Na visão da autarquia federal, a agroindústria canavieira nordestina concorre com o maior e mais eficiente centro produtor de cana-de-açúcar e derivados do mundo: o setor sucro-alcooleiro do Sudeste. A produtividade média agrícola em Alagoas situa-se em torno de 50 ton./ha, enquanto no Sudeste se atingem médias acima de 80 ton./ha. O rendimento industrial em Alagoas oscila em torno de 100 kg. de açúcar por tonelada de cana esmagada, enquanto a média no Sudeste é de 110 kg./ton. Essa diferença industrial pode estar relacionada a fatores como a qualidade da cana moída, medida pelo baixo teor de sacarose decorrente do fraco desempenho agrícola. Juntos, estes dois indicadores representam uma enorme diferença no custo final do produto, favorável à produção paulista. A permanência das diferenças de produtividade agrícola e de rendimento industrial, inviabilizam, a longo prazo, as atividades deste importante setor econômico nordestino.

Em seu documento sobre a Zona da Mata regional, a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

defende, para enfrentar estes desníveis, uma série de medidas econômicas, tais como: “a adoção e manutenção de políticas públicas setoriais, a exemplo do Proálcool, além de política de preços, de quotas de produção, e de formação de estoque, entre outras, visando principalmente a garantir estabilidade da renda dos produtores e à garantia do abastecimento interno” (SUDENE, 1997:128). Nesta mesma direção estão as medidas do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio no sentido de reativar, parcialmente, o Proálcool, aumentando de 24% para 26% a parcela de álcool anidro adicionado à gasolina, comprando álcool para o estoque regulador do Governo e mantendo a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados/IPI para a frota de táxis a álcool.

Estas políticas públicas objetivam facultar ao setor sucro-alcooleiro o tempo necessário para a racionalização da área plantada, o aumento do investimento em tecnologias, tanto fabril como agrícola, a criação de aparato de pesquisa que se adeque à realidade sub-regional, revertendo as dificuldades de mecanização no corte da cana em razão da topografia, a baixa utilização de maquinaria e equipamentos, a baixa produtividade da mão-de-obra, a ausência de pesquisas de novas tecnologias da produção industrial e, principalmente, de cultivo, que resultam em custos de produção mais elevados. Este pacote reverteria, como consequência, a baixa remuneração dos produtores, tanto rurais como industriais (SUDENE, 1997).

O corolário desta posição é o Programa de Equalização da Cana-de-açúcar que, financiado pelo governo federal e coordenado pela própria SUDENE, transferiu os subsídios anteriormente repassados aos produtores industriais de álcool para os plantadores nordestinos de cana-de-açúcar. Na safra 1998/99 foram repassados um total de R\$186,7 milhões aos fornecedores de cana em forma de subsídios. No entanto, o Programa de Equalização é de incidência mínima, se comparado com as iniciativas anteriores e tem um caráter transitório. Em Alagoas, 3.000 plantadores de cana vêm recebendo o subsídio de R\$ 5,07 por tonelada de cana produzida como forma de viabilizar suas plantações.

No plano microeconômico, a

mudança da política federal levou à criação de um outro ambiente institucional, obrigando as empresas que antes estavam subordinadas a uma estrita regulação estatal a adotarem estratégias diferenciadas, buscando a competitividade nacional e internacional. Há uma percepção no meio empresarial de que a sobrevivência passa pelo aumento da produtividade, somado ao aproveitamento econômico dos recursos subutilizados, mudanças na estrutura administrativa-gerencial, alterações no perfil de financiamento e na base tecnológica.

Neste plano é importante estudar a realidade regional nordestina, orientando-nos pelas pesquisas do que já está sendo realizado pela agroindústria sucro-alcooleira paulista, vanguarda da moderna produção nacional. Para os economistas e estudiosos daquela realidade, as novas estratégias competitivas, adotadas no setor sucro-alcooleiro paulista podem ser divididas em três blocos distintos: a) diferenciação de produto, b) diversificação produtiva e, c) aprofundamento e especialização na produção de açúcar e álcool (BELIK, RAMOS e VIAN, 1998). A partir destes estudos, estas estratégias podem ser assim descritas:

a) a estratégia competitiva por diferenciação de produto está baseada na busca contínua de diferenciação do produto pela qualidade, marca, preço, entrega, embalagem entre outros atributos, aumentando assim a pauta de produtos com elevado valor agregado. As empresas paulistas criaram novas marcas de açúcar, utilizam embalagens diversificadas (vários tamanhos e tipos), fazem diversos tipos de refino, produzem açúcar líquido, açúcar light, numa mistura de açúcar refinada com adoçante artificial, e diferenciam marcas por região e estado, etc. As dificuldades desta estratégia têm origem na pouca experiência comercial das empresas, principalmente com os atacadistas e supermercados. Outra barreira é a exigência de capital para investimentos em embalagens, em novos tipos de refino e em novas formas de distribuição.

Em Alagoas, investindo na produção intensiva, elaborando mercadorias em quantidades menores, a baixo custo e com maior valor agregado para disputar os mercados mais competitivos, várias empresas – Caeté, Marituba, Serra Grande, Triunfo e

Sinimbu – têm produzido açúcar cristal superior obtido pelo aperfeiçoamento tecnológico, pelo manejo da colheita e pela qualidade da cana. Algumas unidades – Coruripe, Caeté, Sinimbu, Triunfo e Leão – produzem açúcar refinado granulado que comercializam em novas embalagens para o mercado interno. Outras unidades produtivas – Capricho e Leão – têm se dedicado à elaboração de mel rico invertido, produto que é exportado para os Estados Unidos onde é aproveitado na indústria farmacêutica e na substituição da glicose.

b) a estratégia de diversificação produtiva está baseada na entrada em mercados completamente diferentes do açucareiro, com a obtenção de maiores lucros e com a manutenção do crescimento a longo prazo. Essa estratégia, em São Paulo, pode ser vista na elaboração de subprodutos, na co-geração de energia elétrica, na produção de suco de laranja pasteurizado e confinamento de gado bovino.

Em Alagoas, o aproveitamento dos sub-produtos da indústria é generalizado através da utilização da torta de filtro na adubação, da fertirrigação com o vinhoto, da venda de bagaço de cana para fabricação de pasta de papel, etc. A geração de energia a partir do bagaço é, também, um processo generalizado que, em algumas usinas, como a Triunfo, chega a superar suas necessidades permitindo seu aproveitamento em outras atividades. A usina Sumaúma produz o “briquete”, pequenos cilindros elaborados a partir do bagaço que substitui a madeira na produção de energia em pequenas empresas como padarias e pizzarias. A Santa Clotilde reativou uma pequena hidroelétrica em Rio Largo para o uso industrial.

Os grupos empresariais mais importantes diversificam radicalmente seus interesses, expandindo suas intervenções econômicas em várias direções, transformando-se em holdings com presenças em ramos e regiões diferentes. São vários os exemplos. Criação de gado leiteiro e beneficiamento do leite: Seresta (Leite Boa Sorte), Roçadinho (Ilpisa), Grupo Olival Tenório (Agropecuária Porto Rico); empresas de táxis aéreos: João Lyra (Lug Táxi Aéreo) e Carlos Lyra (Sotam Táxi Aéreo); indústria têxtil: Grupo Carlos Lyra (Fábrica da Pedra, em Delmiro Gouveia); fábricas de fertilizantes: Grupo Tércio

Wanderley (Usi-Fertil), Grupo João Lyra (Adubos JL), Grupo Carlos Lyra (Agrofertel), Seresta (Adubos Boa Sorte) e Maranhão (Adubos Sanfertil); madeira: Grupo Toledo (Amadeu Barbosa); beneficiamento do coco: Seresta e Triunfo (Socôco); construção civil: Grupo Tércio Wanderley (Cipesa) e Grupo Toledo (Epsa); engarrafamento de água mineral: Usina Sta. Clotilde; venda de automóveis: Grupo Olival Tenório (Importadora Comercial), Nivaldo Jatobá (Toyota) e Grupo João Lyra (Mapel); meios de comunicação: João Tenório/Triunfo (TV Pajuçara); criação de cavalos de raça: Seresta e Grupo Olival Tenório (Haras Porto Rico).

As empresas mais rentáveis vêm há mais tempo investindo em novas tecnologias, reduzindo custos, aumentando a produtividade e as vantagens comparativas. Destacadas, elas passam a operar em outras regiões e vêm transferindo parte de seus capitais para outros estados. Em Minas Gerais três grupos alagoanos realizaram grandes investimentos: o Grupo Tércio Wanderley assumiu a Usina Iturama, no município do mesmo nome, o Grupo João Lyra investiu US\$ 50 milhões na Usina Triálcool, em Ituiutaba, e o Grupo Carlos Lyra adquiriu a Usina Volta Grande, em Conceição das Alagoas e, por R\$ 70 milhões comprou a Usina Delta, no município do mesmo nome, também em Minas Gerais. O empresário Ricardo Mendo Sampaio (Roçadinho) adquiriu, na Bahia e em Minas, duas fábricas de leite do Grupo Glória e, em Pernambuco, o empresário João Tenório (Triunfo) adquiriu o tradicional grupo industrial de produtos alimentares Alimonda Irmãos.

c) a estratégia de aprofundamento e especialização na produção de açúcar e álcool está baseada na busca de novos meios para garantir a remuneração do capital investido. Essa estratégia está ligada à especialização na produção de açúcar e álcool e aumento da produtividade das unidades industriais e agrícolas, buscando a redução dos custos de transação e da complexidade de coordenação da cadeia produtiva.

Essa via exige investimentos na automatização da produção industrial, mecanização da agricultura, principalmente na colheita da cana, melhorias na logística do transporte e produção da

cana, transferência das plantações para áreas agrícolas mecanizáveis e de melhor qualidade, abandonando tanto as áreas irregulares no Norte do Estado, como os tabuleiros planos com solos secos e arenosos que exigem aplicações crescentes de adubos e irrigação. Estas medidas permitem que a empresa se capacite para investimentos nas outras estratégias em seu devido momento.

Em Alagoas, as empresas mais competitivas investem na parte industrial para superar as desigualdades tecnológicas existentes em relação às unidades paulistas e têm adotado medidas para a otimização do sistema logístico, aumentado os mecanismos de automação do controle de processos, objetivando o aumento da capacidade instalada e a qualidade do produto final.

Na parte agrícola, ante o problema da baixa produtividade causada, em parte, pela irregularidade climática, algumas empresas têm trabalhado a irrigação como o mais importante investimento capaz de reverter a difícil situação. A maioria das unidades faz “molhação”, uma irrigação incompleta destinada à sobrevivência do canavial e, uma pequena parte – Seresta, Caeté, Marituba, Triunfo e Coruripe – vem desenvolvendo experimentos de irrigação com técnicas avançadas, algumas delas importadas de outros países. Todas elas fazem a fertirrigação com o aproveitamento do vinhoto. Nestes últimos anos, o crescimento da área irrigada é expressivo. Segundo dados do NATT/Cooperativa dos Usineiros, dos 455.952 hectares plantados na safra 1997/98, 172.862 foram irrigados: com vinhaça (29.063), água de lavagem (38.038) e água limpa (105.759). Um processo que vem sendo realizado quase exclusivamente nas áreas de plantio das usinas e destilarias, na medida em que apenas 8.734 hectares irrigados com água de manancial pertencem a terras de fornecedores.

O combate biológico às pragas é realizado por todas as empresas, sendo que algumas delas mantêm laboratórios em suas instalações ou terceirizaram estas atividades. A incorporação de novas variedades é feita pela importação de canas paulistas da Copersucar, por cuja utilização se pagam royalties e, por variedades desenvolvidas pelo Programa de Melhoramento Genético da Cana-de-Açúcar, da

RIDESA, da qual participa a UFAL. A incorporação de canas mais resistentes e produtivas na última década, tanto as de São Paulo (as SP) como as do PMGCA (as RB - República do Brasil), transformou completamente o perfil das variedades plantadas em Alagoas, conforme os dados levantados pelo NATT/Cooperativa dos Usineiros em vinte usinas alagoanas, nas últimas nove safras.

O plantio e a colheita mecanizados que substituem as tarefas manuais estão sendo testados em algumas unidades – Sumaúma, Porto Rico, Triunfo e Santa Clotilde –, estando o processo num estágio mais avançado nestas duas últimas usinas. O aumento regular de produtividade agrícola ocorre na maioria das usinas dos grandes grupos empresariais, alcançando-se médias superiores a 60 ton/ha, destacando-se as médias atingidas pelas usinas Camaragibe (70 kg/ha) e Coruripe (76kg/ha) (JORNALCANA, 1998). Os novos métodos de gestão empresarial estão sendo incorporados mais rapidamente pelos grandes grupos do setor, como Usina Leão, Grupo Carlos Lyra, Grupo João Lyra, encontrando, no entanto, resistência nas empresas menores e de direção familiar.

A associação de empresas e grupos também é outra estratégia de sobrevivência. A Cooperativa Regional dos Produtores de Açúcar e Alcool de Alagoas, conhecida como “Cooperativa dos Usineiros” e a Associação dos Produtores Independentes de Açúcar e Alcool no Estado de Alagoas/Assucal (os usineiros não-cooperados) representam duas associações distintas de empresários do açúcar. A Cooperativa dos Usineiros é um pool de 10 empresas que adota uma estratégia que reage às sinalizações do mercado através de ações negociadas na produção, transferindo ou concentrando a moagem numa determinada unidade, diminuindo os custos logísticos de transportes, coordenando a aquisição de insumos, aproveitando as economias de escala e os benefícios de um maior market share para as ações comerciais. Para isso, conta com uma infra-estrutura que permite armazenamento próprio, uma rede de distribuição comercial em todos os estados do Norte/Nordeste e escritório para a exportação. A Assucal atua tão somente no apoio logístico às iniciativas das empresas associadas. Outro grupo de empresas atua de forma individu-

alizada. Situação extraordinária é a do Grupo Nivaldo Jatobá, detentor da titulação de quatro empresas desativadas ou fechadas: Alegria, Serrana, Roteiro e Peixe. Aplicadas ao Nordeste, estas estratégias teriam como eixo complementar o apoio à centralização de capitais e sua conseqüente concentração técnica por meio de fusões e incorporações para enfrentar a competitividade do Sudeste. O fechamento ou desativação das usinas Alegria, Bititinga, Conceição do Peixe, Ouricuri, São Simeão e Terra Nova e de suas respectivas destilarias anexas e a desativação das destilarias autônomas Camaçari, Maciape, Massagueira, Roteiro e Serrana, refletem tanto as dificuldades empresariais destas unidades como a necessidade de concentração e centralização da produção para enfrentar o novo quadro competitivo.

A diminuição no número de indústrias não implicou numa retração da produção de cana e de açúcar, mas na transferência dessa produção para unidades maiores. As canas que eram moídas na usina Bititinga estão destinadas, atualmente, às moendas da Santa Clotilde, as da usina Peixe são esmagadas na Cachoeira, as da usina Terra Nova são moídas pela Triunfo e pela Sumaúma, as da destilaria Roteiro, pela Roçadinho, as da Ouricuri pelas Triunfo e Capricho, as da destilaria Maciape, na destilaria São Gonçalo, as da São Simeão na Capricho e Santa Clotilde e as da destilaria Camaçari, na usina Coruripe.

8. Considerações Finais

O setor sucro-alcooleiro de Alagoas, na atual conjuntura, não atravessa uma situação de crise, fenômeno que seria caracterizado, entre outros fatores, pela retração da atividade produtiva, com a conseqüente diminuição dos volumes de produção e exportação, estagnação no rendimento industrial e na produtividade agrícola, falta de investimentos em novas tecnologias e infra-estrutura, imobilidade empresarial e inadimplência financeira generalizada. Mesmo levando em conta a diminuição de postos de trabalho nas áreas industrial e agrícola e a diminuição do número de plantadores de cana, principalmente os pequenos e médios fornecedores, fenômenos decorrentes do aumento da produtividade e concentração da produ-

ção, não se pode caracterizar uma “crise” setorial no período 1990/99.

A Carta de Conjuntura da SUDENE (abril de 1999) aponta o crescimento de 15.4% do setor sucro-alcooleiro alagoano como o principal responsável pelo bom desempenho da economia alagoana em 1998. Comparando os dados da safra 1997/98, utilizados pela SUDENE, com os de 1990/91, observa-se que houve um forte crescimento de 24.6% na produção de açúcar (mais 6 milhões de sacos), e uma leve retração de 1.5% na produção de álcool (menos 11 mil metros cúbicos). Números que negam o discurso de estagnação e decadência setorial.

O setor apresenta, isto sim, outras características que configuram um período de reestruturação produtiva, liderado por alguns grupos empresariais. A partir de 1990, a nova dinâmica da concorrência aberta com regiões mais competitivas obrigou a modificações estruturais e à adoção de estratégias competitivas que substituíram as antigas formas de atuação subordinadas à regulação estatal, feita através do IAA. Estas modificações alteraram a lógica de acumulação, que deixa de ser extensiva, com aumentos na produção de cana, açúcar e álcool, para se tornar intensiva, com o aumento da produtividade setorial, redução da área plantada e flexibilidade na produção. Estas transformações trazem como conseqüências a redução do número de trabalhadores e a inviabilização de um considerável número de pequenos e médios fornecedores.

A mudança de modelo, no entanto, não configura uma crise econômico-financeira do setor. Desde 1990, ano da extinção do IAA e da desativação do Proálcool, o setor sucro-alcooleiro alagoano tem respondido com um aumento da produção de álcool, açúcar, assim como nos níveis gerais de produtividade. As incorporações tecnológicas e a diversificação produtiva estão ocorrendo num ritmo bastante mais rápido que nas décadas anteriores. Se estivéssemos vivendo um período de crise não assistiríamos à expansão da produção sucro-alcooleira, com crescimento no volume das exportações e aumentos, ainda que pequenos, da produtividade agrícola e do rendimento industrial.

O antigo discurso produzido pela “indústria da crise” teve sempre duas funções básicas. Por um lado, ser

via como argumento nas negociações com o setor público, tanto o federal como o estadual, de onde retiravam parte do apoio necessário a sua dinâmica econômica e, por outro, servia como justificativa para não realizar concessões nas negociações salariais, tanto com a representação dos trabalhadores agrícolas quanto com o sindicato dos trabalhadores industriais.

Os dados registrados neste trabalho indicam que, liderado por seus grandes grupos empresariais, o setor sucro-alcooleiro está revelando estratégias de sobrevivência perante o novo ambiente institucional adotado depois de 1990. A concentração da produção de cana, álcool e açúcar vem acompanhada pela diversificação produtiva, pela diferenciação de produtos e pela incorporação de inovações tecnológicas e novos métodos de gestão. Estas estratégias vão aumentando lentamente o seu nível de competitividade, modificando o perfil do setor, capacitando-o a enfrentar o novo ambiente de adversidades e uma conjuntura econômica desfavorável.

Esse processo de reestruturação produtiva centrado no privilégio das inovações tecnológicas e diversificação de produtos e empresas tem, no entanto, dois aspectos problemáticos e negativos: a questão ambiental e a manutenção do antigo padrão social. A relação entre a cultura da cana e o meio ambiente sempre foi de dificuldades. A necessidade de madeira para construções e para as fornalhas dos engenhos e usinas foi a principal responsável pela derrubada da Mata Atlântica em Alagoas; a expansão dos canaviais nos tabuleiros planos, a partir dos anos 50, realizou-se às custas de derrubadas de matas e ocupação de áreas de outras lavouras; a queima dos canaviais para facilitar o corte e a monocultura da cana resultam na perda de qualidade dos solos e na diminuição da biodiversidade na Zona da Mata; o despejo do vinhoto (tiberna) e de águas usadas no processo de lavagem de canas foi o responsável pelo declínio dos rios daquela região. Estes elementos marcaram, ao longo de séculos, a relação entre a cana e o meio ambiente da Zona da Mata.

Atualmente, a questão ambiental na Zona da Mata alagoana, assim como a questão da competitividade, estão sendo enfrentadas dentro da lógica empresarial. O tra-

tamento de resíduos industriais antes do lançamento nos efluentes, a utilização do vinhoto na ferti-irrigação com o aproveitamento de seus componentes químicos para enriquecer os solos, a utilização do bagaço como combustível nas caldeiras para gerar energia, a utilização da água de lavagem para a irrigação de canaviais e, até mesmo, alguns pequenos projetos de reflorestamento de algumas usinas, têm modificado a visão da cana-de-açúcar como um grande agressor do equilíbrio ecológico.

Por outro lado, a superação do modelo anterior e a sustentabilidade do novo modelo não podem resultar apenas de um (re)ajuste empresarial com a incorporação de novas tecnologias e métodos de produção no campo agrícola e agro-industrial, mas terão que responder também ao absoluto atraso de uma população condenada pelo modelo que ora agoniza. As alternativas possíveis passam, obrigatoriamente, pela introdução da agenda social da Zona da Mata.

Às portas do século XXI, persistem na Zona da Mata, principal região produtora de cana-de-açúcar em Alagoas, os indicadores de desenvolvimento humano e de qualidade de vida negativos que demonstram a permanência da característica concentradora de renda, terra e poder deste setor produtivo, situação que parece fechar-se sobre si mesma e bloquear qualquer possibilidade de superação de um quadro de injustiças que vem dos tempos coloniais. Os indicadores sociais – analfabetismo, endemias, déficit habitacional, mortalidade infantil, violência, etc. – todos gravosos para a região, não correspondem à riqueza produzida, nem aos investimentos públicos realizados no setor sucro-alcooleiro nas últimas décadas. É o paradoxo: às portas do 3º Milênio, na era da globalização e do capitalismo pós-industrial, no competitivo parque produtivo sucro-alcooleiro, instalado no quarto mundo rural, sobrevivem as relações de trabalho servis.

Este setor historicamente beneficiado pelo Estado, que nunca conheceu a etapa concorrencial do capitalismo ou a via evolutiva de desenvolvimento industrial, manteve um comportamento político e um descompromisso social aos quais corresponde o seu atraso empresarial. A oligarquia do açúcar sempre foi anti-abolicionista e anti-republicana. Adaptou-se bem aos novos tempos sem, no entanto, apresentar tra-

ços de modernidade, seja no campo empresarial ou nas relações sociais. Sua representação política esteve – e continua – marcada pelos traços conservadores. Atrasado, este setor nunca permitiu o surgimento de uma estrutura produtiva democrática, como possibilitou em seu tempo a cafeicultura no Sudeste, mantendo, pelo contrário, o mais alto grau de desigualdade e estagnação social entre as regiões brasileiras. Neste novo período de transformações, este déficit histórico terá que ser enfrentado.

Participes ativos da construção dessa produção, mas excluídos dos benefícios dessa riqueza, o numeroso contingente de trabalhadores agro-industriais do setor sucro-alcooleiro deve estar no centro do debate sobre qualquer iniciativa pública ou privada dirigida à região. O que necessita ser superado, no plano social, está estampado nas condições de vida da população da Zona da Mata alagoana, que influencia e mantém todo um universo de problemas regionais, que vai desde a emigração desordenada para as cidades vizinhas até a baixa produtividade de um trabalhador canavieiro alagoano que corta, em média, 6 toneladas de cana por dia contra 12 em São Paulo (SUDENE, 1997:63).

A última Convenção Coletiva de Trabalho, negociada e aprovada em novembro do ano passado pela representação patronal (Asplana, Sindicato da Indústria do Açúcar e Federação da Agricultura) e pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura, representando os 52 sindicatos rurais da Zona da Mata, mesmo reconhecendo os baixos rendimentos dos assalariados rurais, aprovou um aumento salarial de apenas 1% em relação à Convenção do ano anterior. Pelo Acordo, a tonelada de cana queimada paga R\$ 1,42 quando cortada até 4 toneladas e R\$ 1,50 no corte acima de 4 e até 8 toneladas. Ainda que a jornada de trabalho legalmente reconhecida seja de 44 horas semanais, os cortadores de cana passam sempre mais de 10 horas diárias na produção, somando-se a esta jornada o tempo gasto no transporte entre a moradia e o campo, em média de duas horas diárias. O movimento sindical vem constantemente afirmando que, mesmo homologada pelo Ministério do Trabalho, a Convenção Coletiva não é respeitada na maioria das suas cláusulas, principalmente as

sociais.

Estas relações salariais na área canavieira estão profundamente marcadas pelo trabalho servil que se manteve por quase quatro séculos na história da região. Atualmente, com as facilidades de transporte, as usinas e fornecedores utilizam massivamente a mão-de-obra vinda do Agreste e do Sertão composta de moradores, meeiros e pequenos agricultores não sindicalizados. Estes trabalhadores vão para a Zona da Mata na época da seca (setembro/fevereiro) e voltam no final da safra da cana, quando coincidem, nas suas regiões, a época chuvosa e a de plantio. Por outro lado, na entressafra, parcela considerável dos trabalhadores temporários da própria região é cooptada pelos “gatos”, empreiteiros de mão-de-obra assalariada, e vai trabalhar nas lavouras do Sul-Sudeste.

O universo dos trabalhadores e de suas famílias voltam a aparecer – anual e regularmente – como “questão social” quando os setores patronais, nos momentos de negociação com o governo, anunciam em forma de ameaça a possibilidade de um grande número de desempregados invadir a Capital, caso não sejam atendidas as reivindicações setoriais. Essa mesma preocupação com a “questão social” desaparece no período de negociações com o movimento sindical, seja no setor industrial (em setembro) seja no setor rural (em outubro).

O Núcleo de Estudos Agrícolas do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas/Unicamp, São Paulo, elaborou, em julho deste ano, o estudo “Política para o setor sucroalcooleiro...” no qual sistematiza as propostas alternativas de políticas públicas visando à reconversão produtiva do setor. O estudo propõe, ao lado de políticas setoriais de curto prazo, uma agenda para o desenvolvimento sustentável da zona canavieira: a execução da reforma agrária nas terras das usinas desativadas, frentes de trabalho, proibição do plantio de cana na periferia das cidades, financiamento nos moldes do Pronaf para a diversificação de atividades rurais agrícolas e não-agrícolas, incentivo ao associativismo, arrendamento de terras liberadas e o processamento dos produtos agropecuários. Iniciativas

que seriam combinadas com as políticas de reorganização dos trabalhadores, políticas regionais e políticas emergenciais para o atendimento às famílias desempregadas de canavieiros.

Ante estas alternativas, as entidades da classe empresarial não podem ficar paradas no tempo nem comprometidas em ações retrógradas como o “Movimento Contra as Invasões de Terra em Alagoas”, liderado pela Federação da Agricultura, com a participação da Asplana e do Sindicato do Açúcar.

As experiências políticas acumuladas em mais de meio século da Asplana (fundada em 1942) e da Cooperativa dos Usineiros (fundada em 1930) devem apontar para a inocuidade destas ações e a possibilidade de assumirem uma parceria no processo negociado da criação de alternativas produtivas e de modernização social através dos programas de políticas públicas, a exemplo da reestruturação fundiária, que já é uma realidade em terras abandonadas pertencentes às usinas e destilarias, principalmente no Norte de Alagoas (LAGES e RAMOS, 1999).

A consolidação de um novo modelo de produção e de desenvolvimento regional na Zona da Mata terá que, necessariamente, transformar o quadro social na área sucroalcooleira. O debate sobre esse novo modelo, diferentemente dos anteriores, exige a articulação dos diferentes agentes sociais e, inovando, a participação ativa e organizada dos novos atores, os trabalhadores agrícolas e industriais. Esse debate terá que propor, simultaneamente, por um lado, alternativas às altas taxas de juro, à atual política de crédito e financiamento para o custeio e investimentos agrícolas e, por outro, um novo modelo de desenvolvimento regional, no qual se criem alternativas concretas de emprego e renda, tanto para os trabalhadores canavieiros que sofrem com o desemprego, com rebaixamento salarial, com a perda dos direitos historicamente conquistados e com o aumento da precarização das relações de trabalho, como para os pequenos e médios fornecedores deslocados pela modernização da cadeia produtiva.

Essa modernização, até agora, está centrada no aumento da produtivi-

dade do trabalho, no aumento da produção e na competitividade do setor no mercado, por meio da tecnificação da produção que, por sua vez, redundará em novos índices de produtividade e requer menos trabalhadores. A motomecanização desloca um grande volume de trabalhadores. A diminuição dos custos de produção implica a terceirização administrada pelos “empreiteiros” e a precarização ainda maior do trabalho, num mercado onde a oferta de mão-de-obra supera a demanda (FASE, 1999). É um modelo que precisa, urgentemente, ser revisto e modificado.

A expressiva representação política do setor sucroalcooleiro alagoano, presente em várias tendências partidárias, no Congresso Nacional, na Assembléia Legislativa, nas Prefeituras e Câmaras Municipais, tem a responsabilidade histórica de participar na construção de um novo modelo de desenvolvimento. A Associação dos Municípios de Alagoas/AMA é outro espaço privilegiado para o debate sobre o novo modelo de desenvolvimento, na medida em que o maior impacto do processo reestruturador no setor sucroalcooleiro recai sobre a dinâmica das atividades econômicas municipais.

A Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Alagoas/Fetag-AI, o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Açúcar e do Alcool, o Movimento dos Sem Terra, a Comissão Pastoral da Terra, as Organizações Não-Governamentais localizadas na região e outros movimentos sociais poderão atuar neste mesmo sentido. O Governo de Alagoas, através das Secretarias do Trabalho e da Agricultura, Emater, Iteral e Epeal, diferentemente do tradicional mecanismo de atendimento automático das reivindicações de medidas protetoras por parte dos usineiros e fornecedores, deverá compor o quadro institucional de forma inovadora, pressionando a representação empresarial do setor sucroalcooleiro para que este novo modelo de desenvolvimento incorpore o mundo do trabalho em todas as suas dimensões: política, social e econômica, para que a saída, outra vez, não seja a da modernização conservadora.

BIBLIOGRAFIA

- ANDRADE, Manuel Correia. Usinas e destilarias das Alagoas. Maceió: Edufal, 1997
- ASPLANA/Associação dos Plantadores de Cana de Alagoas. Informe Safra de Cana-de-açúcar. 1974/75, 1980/81 e 1986/87. Maceió: Asplana
- AZEVEDO, João. O vale do comendador, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1982
- BELIK, Walter; RAMOS, Pedro; VIAN, Carlos E.F. Mudanças institucionais e seus impactos nas estratégias dos capitais do complexo agro-industrial canavieiro no Centro-Sul do Brasil. Anais do XXXVII Encontro da Sober, Poço de Caldas, MG, 1998
- CNI/Confederação Nacional da Indústria. Avaliação do Proálcool II, Brasília, 1987
- CUT/Central Única dos Trabalhadores; CONTAG/Confederação dos Trabalhadores na Agricultura. Campanhas Salariais. Série Experiências. São Paulo: CUT/CONTAG, 1999
- DIÉGUES JR., Manuel. Bangüê nas Alagoas. Maceió: Edufal, 1980
- EISENBERG, Peter. Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco. 1840-1910. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977
- FASE/Federação de Órgãos de Assistência Social e Educacional. A quem interessam as campanhas salariais dos canavieiros em Alagoas? Maceió: Fase, 1996
- FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. São Paulo: Cia. Editora Nacional, (27^a ed.), 1998
- GOVERNO DE ALAGOAS. Perfil sócio-econômico do Estado de Alagoas. Maceió: Seplan/Fiplan, 1989
- . Evolução da agropecuária de Alagoas. Produção, área e rendimento –1973 a 1994. Maceió: SEAG/FCEPA, 1996
- GRAZIANO DA SILVA, José. De bóias-frias a empregados rurais. Maceió: Edufal, 1997
- HEREDIA, Beatriz A. Formas de dominação e espaço social. A modernização da agroindústria canavieira em Alagoas. São Paulo: Marco Zero/ MCT/CNPq, 1988
- IAA/PLANALSUCAR. Relatório Anual. Rio de Janeiro: MIC/IAA, 1981 e 1986
- JORNALCANA. Anuário JornalCana, Safra 97/98. Volume Norte-Nordeste. Ribeirão Preto/SP, 1998
- LAGES, Vinícius Nobre; RAMOS, Vanda Ávila. Além da conquista da terra. A sustentabilidade dos assentamentos em Alagoas. Maceió:UFAL, 1999
- LIMA, João Policarpo. Estado e grupos não hegemônicos: o lobby sucro-alcooleiro do Nordeste. Texto para discussão nº196. (mimeo.) Recife: UFPE, 1988
- . O Estado e a acumulação canavieira no Nordeste: a acumulação administrada, in Revista Econômica do Nordeste. v.19, n.4, out/dez. Fortaleza: BNB, 1988a
- LIMA, João Policarpo; SICSÚ, Abraham Benzaquem. Revisitando o setor sucroalcooleiro do Nordeste: o novo contexto e a reestruturação possível, in Revista Econômica do Nordeste, v.29, julho, Fortaleza: BNB, 1998
- LIMA, Arakem Alves. A crise que vem do verde da cana. Uma interpretação da crise financeira do Estado de Alagoas no período 1988-96. Maceió: Edufal, 1998
- LOPES, João Gualberto A. A atividade agro-industrial açucareira alagoana. Maceió: FIPLAN/SEPLAN, 1978
- LOUREIRO, Osman. Açúcar. Notas e comentários. Maceió: s/ed., 1970
- MELO, Mário Lacerda. O açúcar e o homem: problemas sociais e econômicos do Nordeste canavieiro. Recife: IJNPS, 1975
- NEA/IE/Núcleo de Economia Agrícola/Instituto de Economia. Política para o setor sucro-alcooleiro frente à crise: uma proposta alternativa. (mimeo.) Campinas: Unicamp, 1999
- RAMOS, Pedro. Agroindústria canavieira e propriedade fundiária no Brasil. São Paulo: Hucitec, 1999
- . Situação atual, problemas e perspectivas da agroindústria canavieira de São Paulo, in Informações econômicas, vol.29, n.10, 1999b. São Paulo:IEA, 1999
- REZENDE, Gervásio Castro; GOLDIN, Ian. A agricultura brasileira na década de 80. Crescimento numa economia em crise. Rio de Janeiro:IPEA,1993
- SINDICATO DA INDUSTRIA DO AÇÚCAR E DO ÁLCOOL NO ESTADO DE ALAGOAS. Boletim da Safra. 1975/1999. (mimeo), Maceió
- SHIKIDA, Pery Francisco. A evolução diferenciada da agricultura canavieira no Brasil de 1975 a 1995. Tese de doutorado (mimeo.) Piracicaba, São Paulo: USP, 1997
- SUDENE. Programa de ação para o desenvolvimento da Zona da Mata do Nordeste. Recife: SUDENE, 1997
- . Carta de conjuntura. Nordeste do Brasil. No.01. Jan/Abril. Recife: SUDENE, 1999
- SZMRECSÁNYI, Tamás. O planejamento da agroindústria canavieira do Brasil (1930-1975). São Paulo: Hucitec/Unicamp, 1979
- UFAL. Programa de Melhoramento Genético da Cana-de-Açúcar/PMGCA. Relatório Técnico. Safra 98/99. Maceió: UFAL, 1999